



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001110-69.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEDES/COEDE.

ASSUNTO: Inexigibilidade – Capacitações -Contratação "formação de primeiros socorros em saúde mental" e "liderança para saúde mental nas empresas", ambos na modalidade online e síncrona- Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 154 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I - RELATÓRIO**

**01.** Tendo como lastro os fundamentos fáticos e jurídicos já analisados por meio do **Parecer Jurídico n. 145/2023** ([1032706](#)) e a manifestação da própria unidade demandante noticiando que não houve modificação nas regras do Termo de Referência já previamente analisado ([1035248](#)), mas tão somente a modificação quantitativa com a inclusão de 1 (um) participante no curso "**Liderança para Saúde Mental nas Empresas**", esta assessoria entende pela desnecessidade de nova reanálise.

**É o necessário relato.**

**II - CONCLUSÃO**

**02. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, trazendo ainda a este as conclusões do **Parecer Jurídico n. 145/2023** ([1032706](#)), esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos **formais** dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

**a)** Pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência-Contratação Direta n. 25/2023-COEDE ([1035144](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

**b)** Pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa **Inia Health Brasil Ltda**, CNPJ: 46.731.136/0001-72 ([1035141](#)), no valor total de R\$22.150,00 (vinte e dois mil cento e cinquenta reais) que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1027625](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) A nova programação orçamentária para a despesa adequada à inclusão de 1 (um) novo participante foi juntada no evento ([1035674](#)).

**03.** Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento ([0981838](#)).**

**04.** Com precedente no **Acórdão TCU n. 1.336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assistente Jurídico**, em 18/07/2023, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a)**

**Chefe**, em 18/07/2023, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1036137** e o código CRC **134FA7DB**.